

ESTUDO DE CASO: A CUSTOMIZAÇÃO DO MOODLE PARA O ENSINO À DISTÂNCIA DA MODALIDADE EJA

Rosemary Pessoa BORGES (1); Ruth Praxedes de PAIVA (2); Davidson Marques de MEDEIROS (3); Raimundo Nonato Camelo PARENTE (4); Rommel Wladimir de LIMA (5)

(1) CEFET-RN, Av. Sen. Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal-RN – CEP: 59015-000, telefone: (84) 4005 2637,

e-mail: maryborges1@yahoo.com.br

(2) CEFET-RN, e-mail: ruthpraxedes@gmail.com

(3) CEFET-RN, e-mail: dmm813@gmail.com

(4) CEFET-RN, e-mail: rmonato@cefetrn.br

(5) UERN, Rua Almino Afonso, 478 Centro, Mossoró, RN, CEP 59.610-210, telefone (84) 3315-2145,

email: rommelwladimir@uern.br

RESUMO

Este artigo se propõe, através de um estudo de caso, a customização de um dos mais utilizados gerenciadores de cursos da atualidade: o Moodle. Este gerenciador além de oferecer inúmeros recursos pedagógicos tem a particularidade de ser fornecido gratuitamente como *software Open Source*. Outra característica positiva no Moodle é ter por filosofia a aprendizagem em ambientes colaborativos, propiciando o modelo do construtivismo social, fato de grande valor para a modalidade EJA já que permite aos alunos o aprendizado através de trocas de experiências. Como o Moodle foi concebido para atender diversos tipos de cursos, é importante sua personalização a fim de agregar algumas características para que assim possa permitir um maior controle por parte das Instituições de ensino em relação à matrícula e inscrições em disciplinas pelos alunos na modalidade de ensino na qual este trabalho se propõe. Para tanto, o objetivo desta pesquisa é tornar a plataforma Moodle adequada às necessidades de Instituições educacionais que forneçam a modalidade de ensino EJA à distância, via Internet.

Palavras-chave: EJA – Educação de Jovens e Adultos, EaD – Educação a Distância, Moodle.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma necessidade do país, já que, há um quadro de baixa formação escolar. O país tem despendido esforços para suprir a necessidade de formação, porém, com suas dimensões territoriais há dificuldade em garantir acesso às salas de aulas a todos. Neste contexto, surge a necessidade da Educação a Distância (EaD) como política pública viável para fazer frente a esse problema nacional. Um primeiro desafio é disponibilizar um ambiente virtual de aprendizagem adaptado às realidades e peculiaridades da EJA descritas nas diretrizes curriculares nacionais desta modalidade de ensino.

Neste trabalho será apresentada a proposta de customização de um sistema de gerenciamento de cursos: Moodle, para que este atenda as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecendo a Instituições de ensino que ofertam a modalidade de ensino EJA à distância, através da internet, um ambiente adequado a sua realidade.

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Segundo Maia e Mattar (2007) a “*educação a Distância é uma modalidade de educação em que professor e aluno estão separados, planejadas por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação*”.

De acordo com a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) há um conceito comum entre alguns autores sobre a EaD, eles a definem como “*a modalidade de educação em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas majoritariamente (e em bom número de casos exclusivamente) sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar à mesma hora*”.

Dentro dos conceitos mostrados acima existem vários aspectos que devem ser observados como, por exemplo, o de separação, onde as atividades de ensino e aprendizagem são aplicadas com o professor e o aluno separados geograficamente, o que já distingue do ensino presencial. Na educação à distância o professor e aluno estão em lugares distintos. Além disto, costuma-se também associar à separação temporal onde professor e aluno não precisam estar necessariamente se comunicando sincronamente, na maior parte dos casos a comunicação é assíncrona, ou seja, professores e alunos estão separados no tempo.

A tecnologia de comunicação é um grande aliado para superar a distância entre professores e alunos, a EaD utiliza-se de diversas ferramentas de comunicação. A relação entre professor e aluno, portanto passa a ser mediada pela tecnologia (NISKIER, 2000).

Mas antes do surgimento das tecnologias interativas, como a internet, a idéia da autonomia do aluno talvez tenha sido a marca mais exata da EaD. Com a Educação a Distância, o aluno se torna independente, sem ficar limitado pelas restrições de tempo e espaço característico da educação presencial.

2.1. Síntese histórica da EaD

Existem varias teorias sobre o inicio da Educação a Distancia, apesar de muitos defenderem que se trata de uma nova idéia, ela já possui uma longa trajetória.

É possível dividir a história da EaD em algumas gerações, porém, não há um consenso entre os autores com relação a esta divisão. Segundo Maia e Mattar (2007) o desenvolvimento da Educação a Distância pode ser descrito em três gerações conforme os avanços e recursos tecnológicos e de comunicação de cada época.

A primeira geração e a de cursos por correspondência há registros de cursos de taquigrafia à distância, oferecidos por meio de anúncios de jornais, desde a década de 1720. Entretanto a Educação a Distância surge efetivamente em meados do século em meados do século XIX, em função do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação (como trens e correios), especialmente com o ensino por correspondência. Podemos apontar como ponto inicial dessa geração os materiais primordialmente impressos e encaminhados pelo correio.

A segunda geração da Educação a Distância apresentou o acréscimo de novas mídias como a televisão, o rádio, as fitas de áudio e vídeo e o telefone.

Um momento importante é a criação das universidades abertas de ensino a distancia influenciadas pelo modelo da *Open University Britânica*, fundada em 1969, que se utilizam intensamente de rádio , TV, vídeos, fitas cassetes centros de estudo, e em que se realizam intensamente diversas pesquisas pedagógicas. Com base nessas experiências, teria crescido o interesse pela Educação a Distancia.

Uma terceira geração introduziu a utilização do vídeo texto, do micro computador, da tecnologia multimídia, do hipertexto e de redes, caracterizando a Educação a Distância on-line. Além disso, em relação à geração anterior, não temos mais uma diversidade de mídias que se relacionam, mas uma verdadeira integração dela, que convergem para as tecnologias de multimídia e o computador. E com advento da tecnologia da informação e da comunicação e o desenvolvimento explosivo da internet surge um novo território para a educação a distância, o espaço virtual, digital e baseado na rede. A Educação a Distância, assim, nos ajudaria a romper com a tradição e planejar o novo.

Segundo Moore e Kearsley (2007), atualmente, dezenas de países, independentes do seu grau de desenvolvimento econômico, atendem a milhões de pessoas com Educação a Distância em todos os níveis utilizando sistemas mais ou menos formais.

2.2. Ferramentas para EaD

De acordo com o Guia de Educação a Distância (2008), para a educação na era digital é necessário que aluno e professor se equipem com um computador e acessórios, como um bom microfone, fone de ouvido, alguns programas, como processador de texto, planilha eletrônica e software de apresentação gráfica. É necessário também programas específicos para arquivos como PDF e Flash entre outros. Um navegador para internet e por fim acesso a internet.

Existem várias ferramentas para auxiliar a Educação a Distância como as ferramentas de autoria que servem para construir elementos individuais a serem incluídos em um curso e as que permitem a construção de um curso completo. Há ainda plataformas robustas desenvolvidas especificamente para ministrar cursos *on-line*, denominadas Gerenciadores de Cursos ou, de acordo com alguns autores: Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Estas plataformas permitem acompanhamento e administração do aprendizado do aluno e oferecem vários recursos para o professor, como quadro de avisos, fóruns, chats, criação de exercícios entre outros (MAIA; MATTAR, 2007).

É importantíssimo o uso correto destas ferramentas. Selecionar a ferramenta mais apropriada para cada situação pode garantir o sucesso da aprendizagem.

2.3. Números da EaD no Brasil

Segundo o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (AbraEAD) em sua edição 2008, um em cada 73 brasileiro estuda a distância. Mais de 2,5 milhões de brasileiros estudaram em cursos com metodologias a distância no ano de 2007. A pesquisa englobou além dos alunos em cursos de instituições credenciadas pelo Sistema de Ensino, os grandes projetos de importância regional ou nacional, como os da Fundação Bradesco, Fundação Roberto Marinho e os do Grupo S (Sesi, Senai, Senac, Sebrae etc).

Ainda de acordo com o AbraEAD a Educação a distância no Brasil, no ano de 2007, teve um aumento 24,9% no número de alunos. Comparando os números de 2007 aos de 2004, o cenário da Educação a Distância indica que nesses últimos quatro anos, houve aumento superior a 200% no índice de matriculados na modalidade, num total que era de 300 mil e foi para 970 mil estudantes. Já a quantidade de cursos credenciados pelo MEC aumentou em aproximadamente 50%, chegando a 255 cursos contra 166 no primeiro ano do período.

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos é uma modalidade do ensino fundamental e médio, que oportuniza a jovens e adultos iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos. O Ministério da Educação tem como uma de suas metas prioritárias assegurar a todos os brasileiros de 15 anos e mais que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos precocemente, o ingresso, a permanência e a conclusão do ensino fundamental com qualidade.

De acordo com a Resolução n.º 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE) – que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos –, a oferta desta modalidade de ensino deve considerar as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Cerca de 10% da população brasileira com 15 anos ou mais de idade é analfabeta hoje. De acordo com o estudo "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2008" divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 14,4 milhões de pessoas não sabem ler ou escrever no país o que coloca o país no grupo das 11 nações com mais de 10 milhões de não-alfabetizados, ao lado do Egito, Marrocos, China, Indonésia, Bangladesh, Índia, Irã, Paquistão, Etiópia e Nigéria. O Brasil ocupa o penúltimo lugar no ranking de alfabetização na América do Sul. Segundo dados do IBGE, o percentual de brasileiros que não sabem ler e escrever é inferior apenas ao da Bolívia, onde a taxa de analfabetismo foi de 11,7% em 2005. Em relação a todos os países latino-americanos e caribenhos, o Brasil tem o 9º pior índice do grupo.

Quanto à escolaridade, o IBGE revelou um dado preocupante. Em 2006, último pesquisado, a escolaridade média do brasileiro alcançava apenas 6,7 anos de estudo. Considerando-se que as pessoas de 25 anos ou mais de idade deveriam ter no mínimo 11 anos de estudo, o que corresponde ao ensino médio completo, e que a análise da escolaridade entre 1992 e 2006 mostra médias inferiores a oito anos de estudo, muitos sequer concluíram o ensino fundamental.

3.1. Síntese histórica da EJA

A partir da década de 40 do século XX, surgem novas políticas, diferentes discussões e definições em torno da educação nas séries iniciais: alfabetização e/ou escolarização de adultos. Entre elas destacam-se: a regulamentação do FNEP (Fundo Nacional de Ensino Primário) e a CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos) onde se teve a preocupação de se confeccionar um material didático para os adultos e a realização de dois encontros essenciais para a área que foram o I Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947 e um Seminário Interamericano de Educação de Adultos em 1949.

Ao final da década de 40 e início dos anos 50, tornou-se necessário promover a educação popular com fins de acompanhar a fase de desenvolvimento industrial que se instalava nos países. Paiva (1973) ressalta que desde o final da década de 50 até meados de 60 viveu-se no país uma verdadeira efervescência no campo da educação de adultos e da alfabetização. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos constitui-se um marco histórico para a área.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspiraram as principais propostas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Segundo Paiva, (1973, p. 252), “...esse educador constituiu uma proposta de mudança radical na educação e objetivos de ensino, partido da compreensão de que o aluno não apenas sabe da realidade em que vive, mas também participa de sua transformação”. As idéias de Paulo Freire se construíram numa prática baseada num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social; se antes este era visto como uma causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passava a ser interpretado agora como um efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.

No período que segue entre as décadas de 60 e 80, e com adentrar do período militar a Educação de Adultos é concebida através de outras iniciativas governamentais, mas pouco se alfabetizou. Entretanto, com o instalar da Democracia na década de 80, definiu-se uma nova concepção de educação de jovens e Adultos a partir da Constituição Federal de 1988. Voltou-se a criar condições para o campo da educação, especificamente para a Educação de jovens e Adultos – EJA, alicerçado pelo artigo 208 que determina:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A Lei 5.692/71 revogada pela Lei 9.394/96, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, permitia que cursos supletivos fossem “ministrados mediante utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos”. Na época que se iniciou a implementação dessa lei, no início da década de 70, houve uma série de programas que deram início a teleducção brasileira. Criou-se o Programa Nacional de Teleducção que estabeleceu o Planate – Plano Nacional de Tecnologias Educacionais

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, promulgou-se a primeira referência sobre a EJA no Título III, artigos 4º e 5º, trazendo um significativo ganho à educação de adultos, institucionalizando esta modalidade de ensino.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu um Parecer reconhecendo a dívida social e a necessidade de investimento pedagógico nesta modalidade de Ensino. A reorganização curricular e a ressignificação de

experiências e etapas anteriores desafiaram também os estados, e Diretrizes Curriculares são construídas visando à implementação da Política Educacional para adultos e jovens trabalhadores.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases definiu que a educação de jovens e adultos deve atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida, participam do mundo do trabalho e dispõem, portanto, de uma formação bastante diferenciada das crianças e adolescentes aos quais se destina o ensino regular. É por isso que a educação de jovens e adultos é também compreendida como educação contínua e permanente.

3.2. EaD e EJA

Arnaldo Niskier (2000, p.19) define a EAD como “*A Tecnologia da Esperança*” e afirma: “*Há uma expectativa positiva de que possa representar um esforço considerável à política de recursos humanos de nações interessadas no progresso e que dependerão dessa tecnologia educacional para alcançar uma aprendizagem construtiva.*”

Segundo Niskier (2000) a educação de adultos, tem se constituído em campo bastante propício para o desenvolvimento de tecnologias educacionais. No Brasil, esta utilização vem sendo feita através de rádio e/ou televisão, porém vinculada exclusivamente a uma clientela de ensino supletivo. Isto se justifica porque no País cresce de intensidade a cada ano, por força das motivações oriundas do nosso próprio estágio de desenvolvimento.

Uma característica especial da educação à distância e talvez daquilo que a maioria das pessoas considera quando pensa sobre educação a distância é a capacidade de uma instituição ou organização proporcionar acesso à educação a alguns alunos que de outra forma, não poderiam obtê-la. (MOORE; KEARSLEY, 2007)

As novas tecnologias de comunicação e a crescente acessibilidade aos multimeios interativos alargam amplamente as possibilidades da Educação à Distância, promovendo uma efetiva democratização do acesso a informação, à cultura e ao ensino programado. (NISKIER, p.298)

“*A Escola Virtual pode acontecer em qualquer hora e qualquer lugar, permitindo a auto-regulação do aprendizado, o respeito ao ritmo do aluno e a maximização dos resultados.*” (NISKIER, 2000, p. 63) Essa escola é fundamenta em computadores e possui uma capacidade infinita de interação e a possibilidade de inserção social de pessoas excluídas do saber e da escola formal.

A lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estima que a educação à distância pode ser utilizada como recurso para ampliar oportunidades de acesso à escola fundamental. No artigo 80 temos:

O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (...) os municípios, os estados e a União deverão prover recursos prover recursos presenciais ou à distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados.

Países em desenvolvimento como Zâmbia e Quênia procuram ampliar as oportunidades de seu povo através da utilização da EAD. (NISKIER, 2000)

Moore e Kearsley (2007) justificam a necessidade de uma forma de ensino diferenciada para os adultos. Quando as crianças norte americanas vão à escola exercem uma atividade própria da idade. Já o adulto tem obrigações sociais a cumprir como emprego e família o que gera um esforço extra por parte do adulto para conciliar estudos e tais obrigações. Em contrapartida os adultos buscam iniciar um programa de aprendizado por razões específicas e claras, e eles tendem a serem alunos altamente motivados e orientados à realização de tarefas.

Partindo-se desta análise defende-se ainda mais a adesão à modalidade à distância para adultos alunos da EJA.

4. SISTEMA GERENCIADOR DE CURSOS

Um Sistema Gerenciador de Cursos (SGC) é um software (também denominado plataforma) que possibilita acesso *on-line* aos agentes que participam do ambiente e fornece ferramentas para a criação de cursos, planejamento e acompanhamento de atividades educacionais, potencializando processos de interação, colaboração e cooperação. Segundo Pulino Filho (2005), um SGC fornece ao professor ferramentas para que ele crie um curso a ser oferecido através da web, com controle de acesso de forma tal que somente os alunos

do curso possam ter acesso ao mesmo. Ainda de acordo com Pulino Filho (2005), através dos SGCs pode-se, facilmente, compartilhar materiais de estudo, manter discussões em tempo real, aplicar testes de avaliação e pesquisas de opinião, coletar e revisar tarefas e registrar notas. Muitos SGCs oferecem estas e outras funcionalidades enquanto que alguns são mais limitados. Os SGCs podem ser utilizados para ampliar espaços de interação em cursos na modalidade presencial, como também para gerenciar cursos ofertados nas modalidades semipresencial, totalmente à distância e presencial (BASSANI apud PASSERINO; GERLING, 2005).

Os SGCs têm evoluído, tornando-se cada vez mais maduros, intuitivos e flexíveis. O fato de serem flexíveis permite a adição de funcionalidades e a alterações das já existentes possibilitando a adequação do mesmo a um determinado propósito, como o abordado neste artigo.

4.1. O que é o Moodle?

O Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*) é um Gerenciador de Cursos fornecido gratuitamente como software *Open Source* (sob a *GNU Public License*), isto significa que embora seja protegido por direito autoral, é permitido realizar cópias e alterações, desde que se concorde em repassar o código fonte para outros, de forma a ajudar mais pessoas, conservar a licença original e os direitos autorais, e redistribuir com a mesma licença qualquer trabalho derivado. Este SGC foi desenvolvido por Marting Dougiamas, sua primeira versão foi lançada em agosto de 2002, destinada a pequenas turmas de universidades, que estudavam a natureza da colaboração. À medida que o Moodle se propagou e a comunidade cresceu, mais sugestões e comentários foram recebidos, hoje, não é apenas usado em universidades, mas também em escolas de ensino básico e técnico, organizações sem fins de lucro e empresas privadas (MOODLEDOCS, 2008).

O Moodle possui uma comunidade extremamente atuante e criativa, qualquer um pode contribuir, porém sua contribuição é avaliada antes de ser efetivamente incorporada a plataforma isto garante a sua qualidade. Atualmente há um esforço colaborativo envolvendo centenas de pessoas em busca do aperfeiçoamento do Moodle, existem equipes desenvolvendo vários módulos adicionais com os mais diversos fins, além de pessoas que elaboram documentos que facilitam o uso e adaptação desta plataforma, toda essa dedicação advinda de voluntários visa permitir ao Moodle um maior alcance, de forma a suprir um número maior de necessidades (PULINO FILHO, 2005).

4.2. Filosofia

Muitos sistemas de Gerenciamento de Cursos são voltados para ferramentas computacionais enquanto que o Moodle é voltado para aprendizagem. Segundo Pulino Filho (2005), enquanto outros SGCs se estruturam em um modelo de conteúdo que encoraja os professores a carregar uma infinidade de conteúdos estáticos, o ambiente Moodle enfoca o trabalho em ferramentas para discussão e compartilhamento de experiências. Assim, a ênfase está não em distribuir informação, mas em compartilhar idéias e engajar os alunos na construção do conhecimento.

Dentre as teorias que serviram de base para o desenvolvimento da plataforma Moodle, podemos citar:

- Construtivismo: Segundo Piaget as pessoas constroem novos conhecimentos ativamente, na medida em que interagem com o seu ambiente.
- Construcionismo: Proposta por Seymour Papert. Defende a efetividade da aprendizagem, quando o sujeito constrói um artefato externo, um artefato para outras pessoas.
- Construtivismo social: Esta teoria estende as citadas acima. Para um grupo social construindo coisas umas para as outras, criando, de forma colaborativa, quando alguém é introduzido dentro desta cultura aprenderá constantemente sobre como fazer parte dela.

4.3. Características

O Moodle tem por objetivo promover uma pedagogia socioconstrucionista, seguindo as teorias citadas. É um sistema simples, leve, interface baseada em navegadores de tecnologia simples, fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Possui independência total da base de dados, suporta todas as principais soluções de Banco de Dados. Pode suportar milhares de cursos. Há uma ênfase em segurança, os formulários são todos checados, os dados validados, os *cookies* codificados, etc. (MOODLEDOCS, 2008).

Algumas características detalhadas no site oficial do Moodle, são:

- Escalabilidade: a aplicação se adapta às necessidades que surgirem durante a utilização da mesma.
- Facilidade de uso: sua utilização é muito intuitiva. Existem manuais que facilitam sua utilização.
- Interoperabilidade: o código aberto propicia o intercâmbio de informação aliado à utilização de padrões como XML. Além disso, é independente de Sistema Operacional.
- Customização: qualquer pessoa pode modificá-lo, adicionar novas funcionalidades, isto combinado com a imensa comunidade significa que existe a disposição uma enorme quantidade de *plugins* que visam alcançar os mais diversos objetivos.

4.4. Estatísticas de utilização

Segundo pesquisas divulgadas no site¹ oficial do Moodle (2008), nos últimos meses o número de usuários e downloads deste ambiente tem crescido. No mês de julho/2008, foram realizados 73.725 downloads da plataforma, e o número de usuários registrados é de 464.630. Esta expressiva aceitação, segundo o próprio site, é proveniente da oferta de funcionalidades escritas em 75 idiomas e que são usadas por mais de 193 países em todo o mundo.

5. PROPOSTA DE CUSTOMIZAÇÃO DO MOODLE

Esta proposta surgiu a partir das necessidades observadas em uma Instituição de Ensino privada da cidade de Natal (RN) que oferece Educação presencial de Jovens e Adultos. De acordo com o dirigente desta escola a EaD, utilizando a internet, permitiria atingir um público maior, favorecendo a EJA e a expansão da instituição. A partir disto, foi realizada uma pesquisa sobre as ferramentas disponíveis para suporte e gerenciamento das atividades administrativas e educacionais, optou-se pelo Moodle pelas características já citadas e por familiaridade do dirigente da escola. Com base no estudo realizado neste gerenciador constatou-se o potencial desta plataforma, mas foi observada a necessidade de adaptação para que atendesse as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e para a escola em questão, de forma a adicionar características específicas desta modalidade de ensino.

5.1. Restrição por idade

De acordo com a resolução CNE/CEB Nº 1, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos:

[...] será considerada idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental a de 15 anos completos.

Parágrafo único. Fica vedada, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de sete a quatorze anos completos (Art. 7º).

Logo, a plataforma Moodle deverá rejeitar inscrições de pessoas que não satisfaçam esta condição. Originalmente o Moodle não se preocupa com a idade dos alunos pois tal restrição é característica da EJA, ou seja, independe se a forma de ensino é à distância ou não.

Para sanar esta situação pode-se acrescentar na tela de cadastro de usuário o campo “Ano Nascimento”, este novo dado também será registrado na base de dados para posterior consulta, e permitirá o controle da inscrição dos alunos (Figura 1).

¹ Site oficial do Moodle: <http://moodle.org>



The screenshot shows the Moodle user registration page. At the top, the Moodle logo is visible. Below it, a breadcrumb trail reads 'Personalização > Acesso > Cadastro de novo usuário'. The main heading is 'Preencha com um novo nome de usuário e uma nova senha'. There are three input fields: 'Nome de usuário*', 'Senha*', and 'Ano Nascimento*'. Below this, another heading is 'Complete com alguns dados pessoais'. This section contains five input fields: 'Endereço de email*', 'Email (outra vez)*', 'Nome*', 'Sobrenome*', and 'Cidade/Município*'. There is also a dropdown menu for 'País*' with the text 'Selecione um país'. At the bottom, there are two buttons: 'Cadastrar este novo usuário' and 'Cancelar'.

Figura 1. Cadastro de usuário no Moodle.

Ainda segundo a resolução CNE/CEB Nº 1:

[...] a idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino médio é a de 18 anos completos.

§ 1º O direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para o da prestação de exames supletivos.

§ 2º Semelhantemente ao disposto no parágrafo único do Art. 7º, os cursos de Educação de Jovens e Adultos de nível médio deverão ser voltados especificamente para alunos de faixa etária superior à própria para a conclusão deste nível de ensino ou seja, 17 anos completos (Art. 8º).

Este trecho define que somente os alunos acima de 17 anos poderão ser matriculados no ensino médio. Desta forma, o Moodle deverá restringir a matrícula dos alunos entre 15 e 17 anos a somente séries do ensino fundamental, enquanto que os alunos que tenham 17 anos (ou 18 anos), ou mais, poderão realizar matrícula em qualquer série de qualquer nível de ensino. Para que o Moodle realize esta restrição, deverão ser exibidas apenas as séries do nível(is) de ensino que o aluno poderá efetuar matrícula. A Figura 2 exibe a tela de matrícula para um aluno que tenha entre 15 e 17 anos, neste caso são exibidas, somente, as séries do Ensino Fundamental.



The screenshot shows the Moodle course categories page. At the top, the Moodle logo is visible. Below it, a breadcrumb trail reads 'Personalização > Categorias de Cursos'. The main heading is 'Categorias de Cursos'. Underneath, there is a tree structure of course categories. The first category is 'Ensino Fundamental', which is expanded to show its sub-categories: '5º Ano', '6º Ano', '7º Ano', '8º Ano', and '9º Ano'. Each of these sub-categories is further expanded to show 'Dependência' and 'Módulos'.

Figura 2. Categorias de cursos disponíveis aos alunos entre 15 e 17 anos.

5.2. Restrição por curso

Na EJA, assim como em qualquer outra modalidade de ensino, não é permitido que um aluno curse mais de uma série ao mesmo tempo. Além disso, de acordo com o dirigente da instituição pesquisada, uma série é organizada em dois módulos, que podem ser sequenciais ou não, ou seja, o aluno pode optar por cursar o módulo I e o módulo II, nesta ordem, ou inverter: cursar módulo II e em seguida o módulo I. Estes módulos são compostos por disciplinas regulares de um curso comum. O aluno, também, não poderá cursar os dois módulos ao mesmo tempo.

Originalmente o Moodle permite a criação, exclusivamente, de cursos e os alunos cadastrados podem realizar matrícula em quantos cursos desejarem, esta característica deverá ser modificada. Os cursos a serem disponibilizados no Moodle, serão na verdade os módulos e a matrícula do aluno deverá ser restrita a um único módulo.



Figura 3. Lista de módulos disponíveis

A instituição consultada também oferece disciplinas de dependência, neste caso a plataforma deverá disponibilizar as disciplinas aos alunos que efetuarem matrícula de acordo com o nível de ensino, seguindo a ideia da restrição por idade. De acordo com o dirigente da instituição para um aluno que curse o ensino fundamental, será permitida a matrícula em até duas disciplinas referentes a dependência, já para um aluno que cursa o ensino médio, será permitida a matrícula em até três disciplinas referentes a dependência.

A plataforma deverá distinguir o que é módulo e o que é disciplina reservada para dependência, pois, como já foi comentado, para o Moodle existem somente cursos, desta forma, assim como os módulos, as disciplinas de dependência também serão tratadas como cursos, mas serão abordadas de formas distintas, como já foi citado: o aluno poderá, na condição de dependência, efetuar matrícula em até duas disciplinas, caso esteja cursando ensino fundamental, e em até três disciplinas caso esteja no ensino médio, enquanto que para o módulo o aluno poderá efetuar inscrição em um único por vez.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Gerenciadores de Cursos devem buscar aprimorar sempre o suporte que fornecem as instituições, ao professor e aos estudantes ao longo das atividades de ensino-aprendizagem. O Moodle apresenta um grande potencial para cursos de qualquer natureza, mas ainda pode se especializar, ele deve implementar as rotinas necessárias para suprir as exigências da lei de diretrizes e bases da modalidade que oferecerá, como por exemplo, o gerenciamento de requisitos e pré-requisitos, que é uma característica muito importante para a modalidade EJA, assim como para outras modalidades de ensino. Além disto, é importante que se avalie a questão de acessibilidade do Moodle, a própria instituição de ensino referenciada neste artigo oferece EJA a pessoas com diferentes tipos de deficiências é muito importante que estas pessoas também tenham acesso a educação a distância sem nenhum prejuízo.

REFERÊNCIAS

ABED. **Associação Brasileira de Educação a Distância**. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/>. Acesso em 08 ago. 2008.

ABRAEAD. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**. Disponível em: <http://www.abraead.com.br/>. Acesso em 09 ago. 2008.

ARAUJO, Jean Klaude. **O papel da ética na formação docente do ensino fundamental na EJA**. Natal, 2005. 52 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Vale do Acaraú, Ceará, 2005.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de junho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos**. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em 09 ago. 2008.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em 08 ago. 2008.

GERLING, Carlos Augusto; PASSERINO, Liliana Maria. Gerenciamento em Ambientes Virtuais de Educação a Distância. **Renote Revista de Novas Tecnologias na Educação**. Porto Alegre, v. 3, n. 2, nov. 2005.

IBGE. **Indicadores de Educação e Trabalho**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/suppme/default_educacao.shtm. Acesso em 09 ago. 2008.

MAIA, C. S. R.; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância de hoje**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MOODLEDOCS. **Documentação do Moodle**. Disponível em: http://docs.moodle.org/pt_br. Acesso em: 07 ago. 2008.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. Tradução de Roberto Galma. São Paulo: Thomson Learning, 2007. Título original: Distance Education: a systems view.

NISKIER, Arnaldo. **Educação a distância: a tecnologia da esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

OS EQUIPAMENTOS necessários. **Guia de Educação a distância 2009**, ano 6, n.º 6, p. 53, abril, 2008.

PAIVA, Vanilda; RATTNER, Henrique. **Educação permanente e capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1985.

PULINO FILHO, Athail Rangel. **Moodle: Um sistema de Gerenciamento de cursos**. V. 1.5.2. Brasília: UNB, 2005. 215p. Disponível em: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/file/moodlebook_glaucopdf. Acesso em: 10 ago. 2008. Tutorial do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília.